
POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE AS NOVAS TECNOLOGIAS E O DESENVOLVIMENTO MORAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rita Melissa Lepre¹**Aline Kaadoka²****Vitor de Moraes Alves Evangelista³****Resumo**

A convergência entre a informática, a eletrônica e os sistemas informativos proporcionaram uma revolução nos meios de comunicação. Estaríamos vivendo em uma era balizada pelo advento do multiculturalismo, das “tribos digitais”, das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) e dos Sites de Redes Sociais (SRSs). Devido à rápida difusão da tecnologia digital nas últimas décadas do século XX somos testemunhas de uma singularidade ou desenvolvimento de um “novo mundo”, a “sociedade em rede”. Um dos fenômenos que surgiram graças a esse contexto ficou conhecido como "Nativos Digitais", termo que designa todos aqueles que nasceram no mundo online e são "falantes nativos" da linguagem digital. Discute-se que a geração atual de crianças e jovens sofreu uma mudança tão drástica em relação às gerações anteriores que propiciou o surgimento de um fosso digital entre eles, os seus familiares e seus professores. O artigo que apresentamos tem como objetivo propor e analisar as possíveis relações entre o uso dessas novas tecnologias e o desenvolvimento moral das crianças e dos adolescentes. Optamos por essa temática por entendermos que o surgimento das NTICs revolucionou o universo sociocultural e possivelmente alterou a estrutura do processo de desenvolvimento, aprendizagem, interação e comunicação dos sujeitos. É certo que, nessa fase, os valores prezados e promovidos pelos pais, sociedade, professores, pares ou quem quer que seja significativo para a criança e/ou adolescente, exercem influência e são de grande importância para a construção de valores morais e, conseqüentemente, para o desenvolvimento moral dos mesmos. As crianças e jovens de hoje estão acostumadas a serem multitarefas, a lidar com uma infinidade de informações rápidas, descartáveis e diversas; além disso, passam a maior parte de suas vidas online e se maravilham com todas as possibilidades que encontram. Nesse embate, o que deve acontecer? Quem deve ensinar a quem? Os filhos devem se adaptar ao antigo ou os educadores ao novo? Esse novo paradigma cultural influenciaria constantemente a formação e

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP) - E-mail: melissa.lepre@unesp.br

² Universidade Estadual Paulista (UNESP) - E-mail: alinekadooka@gmail.com

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP) - E-mail: vitorde Moraes@gmail.com

o desenvolvimento social, afetivo, moral e cognitivo do homem. Parece-nos que é o momento de identificar as perguntas e os problemas principais que a realidade complexa propõe ou suscita. Do campo da psicologia do desenvolvimento, mais pontualmente a partir das teorias que discorrem sobre o Desenvolvimento Moral, tivemos o ímpeto de refletir e ponderar os significados e as repercussões desse fenômeno digital na evolução da moralidade infantil.

Palavras Chave: Desenvolvimento moral; Nativos digitais; Crianças; Adolescentes; Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs).

POSSIBLE RELATIONS BETWEEN THE NEW TECHNOLOGY AND THE MORAL DEVELOPMENT OF CHILDREN AND ADOLESCENT

Abstract

The convergence between information technology, electronics and information systems has provided a revolution in the media. We would be living in an age marked by the advent of multiculturalism, digital tribes, New Information and Communication Technologies (NTICs) and Social Networking Sites (SRSs). Due to the rapid diffusion of digital technology in the last decades of the twentieth century we are witnesses of a singularity or development of a "new world", the "networked society". One of the phenomena that emerged thanks to this context was known as "Digital Natives", a term that refers to all those born in the online world and are "native speakers" of the digital language. It is argued that the current generation of children and young people has undergone such a drastic change from previous generations that it has created a digital divide between them, their families and their teachers. The article we present aims to propose and analyze the possible relations between the use of these new technologies and the moral development of children and adolescents. We chose this theme because we understand that the emergence of ICTs has revolutionized the sociocultural universe and possibly altered the structure of the process of development, learning, interaction and communication of the subjects. It is true that, at this stage, values valued and promoted by parents, society, teachers, peers or whoever is significant for the child and / or adolescent, exert influence and are of great importance for the construction of moral values and, consequently, for the moral development of them. Today's children and youth are accustomed to multitasking, coping with a myriad of quick, disposable, and diverse information; in addition, they spend most of their lives online and marvel at all the possibilities they encounter. In this clash, what should happen? Who should teach whom? Should the children adapt to the old or the educators to the new? This new cultural paradigm would constantly influence the formation and social, affective, moral and cognitive development of man. It seems to us that it is time to identify the main questions and problems that the complex reality proposes or raises. From the field of developmental psychology, more punctually from the theories that discuss Moral Development, we had the impetus to reflect and ponder the meanings and repercussions of this digital phenomenon on the evolution of children's morality.

Keywords: Moral development; Digital natives; Children; Adolescents; New Information and Communication Technologies

Introdução

Devido à rápida difusão da tecnologia digital nas últimas décadas do século XX somos testemunhas de uma “singularidade” ou desenvolvimento de um “novo mundo”, a “sociedade em rede”. De acordo com Baudrillard (1991) essa nova realidade proporcionada pela tecnologia moderna produziu um arrebatamento de tamanha força e escala que o sistema perdeu todo o sentido fora dessa mediação. Essas novas configurações culturais desdobraram-se em diversas consequências, pois estão proporcionando intensas modificações em diferentes âmbitos da sociedade, além de alterar, diversificar e ampliar a complexidade das relações sociais. A convergência entre a informática, a eletrônica e os sistemas informativos proporcionaram uma revolução nos meios de comunicação. Estaríamos vivendo em uma era balizada pelo advento do multiculturalismo, das “tribos digitais”, das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) e dos Sites de Redes Sociais (SRSs).

Os valores sociais sofrem reflexos da globalização, dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento da economia mundial. Tal transformação interfere na construção de valores morais e altera, não só as relações sociais dos indivíduos, mas também promovem mudanças na moralidade contemporânea. (LIPOVETSKY; GASPAR; GASPAR, 1994, LA TAILLE; MENIN, 2009).

No decurso dos tempos os padrões socioculturais alteram-se e transformam-se conforme o tempo e o espaço nos quais estão inseridos. Da mesma forma sucede também com os valores sociais, éticos e morais. A velocidade e dinâmica do atual contexto, extremamente rápidos, trazem um caráter volátil e fluído para os padrões culturais vigentes, tornando assim inconstante e relativo à

adoção de novos referenciais de valoração. Logo, podemos deduzir que a própria moral se transforma e adquire condição mutável e cambiante.

Parece-nos que é o momento de identificar as perguntas e os problemas principais que a realidade complexa propõe ou suscita. Do campo da psicologia do desenvolvimento, mais pontualmente a partir das teorias que discorrem sobre o Desenvolvimento Moral, tivemos o ímpeto de refletir e ponderar os significados e as repercussões desse fenômeno digital na evolução da moralidade infantil. Nesse sentido, nosso objetivo é o de propor e analisar as possíveis relações entre o uso dessas novas tecnologias e o desenvolvimento moral das crianças e dos adolescentes.

Acreditamos que a exposição de dados estatísticos é um importante aliado para compreendermos as atuais configurações da sociedade, da cultura e dos sujeitos. Por isso, buscamos estudos internacionais e nacionais que salientassem o contexto das relações entre NTICs e seus usuários, sejam eles, adultos, crianças ou adolescentes.

Desde 2014, a *"We Are Social"* em parceria com a *"Hootsuite"* lança anualmente, um estudo mundial denominado *"Digital in Global Overview"*. Eles investigam as características do uso da Internet, Smartphones e dos Sites de Mídias Sociais, por usuários de todas as partes do mundo. São inúmeros resultados que nos auxiliaram a compreender a inserção numérica dos usuários na internet, nas mídias sociais e o comportamento de uso dos aparatos digitais.

De acordo com o último relatório *"Digital in 2018"* (SOCIAL, 2018) existem mais de 4.021 bilhões de pessoas ao redor do mundo que utilizam a internet. Se compararmos esse número com a população global em 2017 que girava em torno dos 7,6 bilhões de habitantes (ONU, 2017), poderíamos dizer que mais

da metade do Planeta está conectada à rede. Além disso, 43% do mundo são usuários ativos das mídias sociais, 68% possuem celulares e 39% acessam a rede através dos *smartphones*. Em relação à partilha do tráfego da Web por dispositivo teríamos: Computadores e Notebooks – 43%, Celulares – 52%, *Tablets* – 4% e outros dispositivos (Videogames e *Smart TVs*) – 0,14%. Embora esse último dado seja bem inferior aos demais, ele foi o que mais cresceu em relação a janeiro de 2017, apresentando 17% de aumento em seu uso.

Em relação ao Brasil, no mesmo período, a população do país era 210.1 milhões de habitantes, e dessa população, 139.1 milhões de pessoas, ou seja, 66% utilizavam a internet e 62% eram usuários ativos das redes sociais. Já em relação ao uso de *smartphones*, temos o número de 68% e, ainda, 57% da população do país acessam as plataformas sociais através do aparelho. Outro dado importantíssimo é que os brasileiros gastam em média 9 horas e 14 minutos diários acessando a internet através de qualquer dispositivo e 85% a acessam todos os dias. Em relação à divisão de uso por aparelhos, foi indicado que: 67% dos brasileiros acessam a internet via computador ou notebook, 32% através dos *Smartphones*, 1% pelos *tablets* e 0,15% utilizam outros dispositivos. Se compararmos com os números de janeiro de 2017, os computadores e notebooks tiveram um decréscimo de 1% e os *tablets* 28%, já os *smartphones* aumentaram 4% e os outros dispositivos subiram 67%.

O Brasil está entre os três países do mundo em que a população ultrapassa em média, mais de 9 horas do dia navegando na Internet. Em relação ao ranking de tempo de uso nas redes sociais, ficamos em segundo lugar e perdemos apenas para as Filipinas, a média diária brasileira é de 3 horas e 39 minutos contra quatro horas e dezessete minutos diários das Filipinas.

Em 2016, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) realizou um Guia de Orientação à Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital. Essa atitude ocorreu a partir da constatação de que as novas tecnologias podiam influenciar os comportamentos e modificar os hábitos desde a infância e, o seu uso inadequado poderia causar prejuízos e danos à saúde infanto-juvenil. De acordo com a instituição, a inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TCIs) no cotidiano das pessoas estaria transformando o mundo e a maneira de agir dos mesmos. O acesso a essas tecnologias tem ocorrido cada vez mais precocemente, originando uma geração digital que necessita do uso de vários tipos de dispositivos, como por exemplo, a internet, as redes sociais, os videogames, os smartphones, tablets, etc. Isso tem influenciado no desenvolvimento de crianças e adolescentes, no entanto, o problema ocorre quando o uso passa a ser prolongado e sem nenhum tipo de supervisão. A SBP recomenda que os pais ou adultos tenham bom senso e busquem informações para adequar e mediar o uso saudável dessas novas tecnologias. Eles alertam que mesmo os pais que já estão mais adaptados a esse novo contexto, por vezes, também estão imersos e nem percebem os problemas que o uso desses aparatos pode trazer aos seus filhos (SBP, 2016).

Devido a enorme relevância desse tema para a atualidade, o Comitê Gestor da internet (CGI) em parceria com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação (Cetic.br) realizaram um estudo em 2016 que foi publicado em novembro de 2017, cujo o objetivo primário era expor dados e indicadores relevantes no campo de intersecção entre tecnologia e juventude. Essa pesquisa, que se denomina "TIC Kids Online Brasil" tem ocorrido desde 2012, e tem como objetivo principal: "mapear possíveis riscos e oportunidades on-line, gerando indicadores sobre acesso à Internet por crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade, e sobre os usos que eles fazem dela." (CGI, 2016a, p.23); além de tentar entender qual é a percepção dos jovens em relação à

experiência e segurança *online* e esboçar quais são as práticas de mediação de pais e responsáveis relacionadas ao uso da internet. Em sua quinta edição, a pesquisa estima que 82% das crianças e adolescentes (oito em cada dez) com idades entre 9 e 17 anos são usuários de Internet em todo o país. Essa porcentagem se altera quando levamos em consideração a região do país ou se ela está localizada em áreas urbanas e rurais. Ao todo foram abordados 23.721 domicílios, distribuídos em 350 municípios diferentes. Tal estudo evidenciou a ampla difusão da rede entre os jovens, além do mais constatou que:

a) Em relação à estratificação por idade, 68% dos indivíduos que possuem de 9 a 10 anos de idade eram considerados usuários da rede, enquanto entre os 15 a 17 anos essa proporção chegou a 91%;

b) Enquanto em 2012, 47% dos jovens usuários de Internet acessavam a rede todos os dias, em 2014 essa proporção chegou à marca dos 84%.

c) Cerca de sete em cada dez (69%) crianças e adolescentes se conectaram a rede mais de uma vez por dia, entre estes, 91% acessaram a rede pelo telefone celular;

d) Apesar de seu amplo acesso, 5,2 milhões de crianças e adolescentes não são usuários assíduos da internet e 10% da população entre 9 a 17 anos nunca a utilizaram;

e) Cerca de metade (48%) dos usuários de Internet de 11 a 17 anos de idade procuraram informações sobre marcas ou produtos na rede;

f) Nos últimos três anos o percentual de usuários que acessam a Internet por meio de computador (desktop, notebook ou tablete) apresentou queda. Em contrapartida o acesso através dos videogames e das *Smart TVs* aumentaram.

Ainda de acordo com essa mesma pesquisa, 69% dos pais ou responsáveis declararam que os filhos utilizavam a internet com segurança. Em relação, a orientação sobre como manterem seus filhos seguros nas redes, 54% disseram que recorriam à televisão, rádio, jornais ou revistas como fontes de orientação sobre o uso seguro da internet, 52% conversavam com familiares e amigos sobre o assunto e 51% obtinham essas informações através da própria criança ou adolescente. Já as menções à escola (35%) ou ao governo e a autoridades locais (26%) ficaram em patamares inferiores (CGI, 2016a).

Os riscos associados ao uso da rede por crianças e adolescentes podem ser classificados em três tipos: a) risco de conteúdo; b) risco de contato; c) risco de conduta. Essas três formas consideram, respectivamente, que os jovens podem receber conteúdos de mídias impróprios para a idade, entrar em uma situação de interação perigosa ou perpetuar ações danosas aos outros usuários. No entanto, os autores advertem que nem toda exposição a riscos na Internet provoca, necessariamente, danos às crianças e adolescentes (LIVINGSTONE; KIRWALL; PONTE; STAKSRUD, 2014; LIVINGSTONE; HADDON, 2009).

A pesquisa também ressaltou a existência de dados que demonstravam circunstâncias que poderiam resultar em danos à saúde dos jovens. Já que quase metade da população estudada declarou ter visto alguém ser discriminado na internet no último ano. Dentre os que presenciaram isso, relataram que os principais motivos da discriminação tinham conteúdo relativo à cor ou raça (24%), aparência física (16%) e homofobia (13%). Como agravante 7% afirmou já ter sofrido algum tipo de discriminação na internet.

A ideia de que crianças e adolescentes enfrentam uma série de riscos na Internet e nos Sites de Redes Sociais, tornou-se uma preocupação frequente

dos pais no cuidado com os seus filhos, pois, o seu uso é de difícil controle e possibilita e facilita o acesso da criança ou adolescente a todo tipo de conteúdo. Os pais e professores tentam aprender a lidar com esses novos desafios impostos pela transformação digital, mas, ao enfrentarem crianças tão plurais, eles sentem acuados ou com medo de encará-las, pois acreditam estar distantes da realidade das mesmas ou não se veem detentores de um saber suficiente para controlá-las ou governá-las (DORNELLES, 2005).

Devido à rápida difusão da tecnologia digital nas últimas décadas do século XX somos testemunhas de uma “singularidade” ou desenvolvimento de um “novo mundo”. Essas novas configurações culturais desdobraram-se em diversas consequências e fenômenos sociais. Discute-se que a geração atual de crianças sofreu uma mudança tão drástica em relação às gerações anteriores que vários estudos têm se destinado a tentar entender o fenômeno, as implicações e consequências do fosso digital existente entre as crianças, os seus familiares e seus professores (MELRO; SILVA; JOSÉ, 2013; BELLONI; GOMES, 2008; GENTILE; WALSH, 2002; PEREIRA; SILVA, 2009; TEE; BRUSH; INKPEN, 2009).

Para Belloni e Gomes (2008), esse fenômeno estaria provocando um período de subversão da relação tradicional entre adulto e criança. O cenário atual seria este: de repente, estaríamos diante de uma escola ou de adultos que já não compreenderiam mais a criança, pois essa falaria e escreveria em outra língua, saberia coisas que a professora não entende muito bem e que os pais, muitas vezes, não prestam muita atenção. As gerações adultas, ou os não nativos digitais, não conseguiriam ou teriam dificuldades de acompanhar e se apropriar dessas novas tecnologias. Teríamos, portanto: o “adulto que não sabe” e a “criança que sabe”. Esse contexto causaria, de acordo com os autores, um abismo técnico ou um conflito de gerações, marcados por incompreensões e uma incomunicabilidade maior do que as que assolaram as gerações precedentes.

Dessa forma, a hierarquia entre a criança/adolescente e os adultos estaria comprometida, pelo menos no que diz respeito à utilização das tecnologias digitais, internet e redes sociais, já que a criança teria maior domínio nesse assunto do que os adultos. Se o conhecimento em si mesmo é um poder, deveríamos ressaltar a importância desse fenômeno dos nativos digitais na relação entre educadores e educandos (pais/filhos, professores/alunos, etc), não somente nas repercussões do mesmo no desenvolvimento moral dos sujeitos, mas em todas as relações que por ele são permeadas.

A Psicologia Genética de Jean Piaget trouxe contribuições fundamentais para o estudo da moral. Na perspectiva piagetiana o desenvolvimento da moralidade dependeria, num primeiro momento, de relações assimétricas, do exercício da autoridade por parte dos educadores. Sem elas, com efeito, não seria possível que a criança entrasse no que podemos chamar de mundo moral. O respeito que a criança constrói pela regra e pela pessoa que a transmite, justifica o valor moral do ato ou do juízo e é com base nesse respeito que a criança evolui moralmente (LA TAILLE, 2002b).

Ora, se o desenvolvimento moral subordina-se, por um período, a hegemonia do adulto sobre a criança, como a moralidade progrediria à autonomia nesse contexto?

Os nativos digitais e as transformações da web

Jovens nascidos depois de 1980, essa seria a geração dos nativos digitais. Esse termo tornou-se notório a partir dos primeiros anos de 2000, mas sua eclosão subordina-se, dentre outras revoluções, ao desenvolvimento da Internet ou World Wide Web (WWW).

Castells (1999) em seu livro denominado “A sociedade em Rede” resgata, desde os anos 70, um amplo panorama histórico dos avanços tecnológicos

e os caracteriza como uma verdadeira revolução da tecnologia da informação, mas alerta que a cada instante o cenário mundial se transforma devido à velocidade e influência das novas descobertas e dos avanços técnico-científicos.

A Web foi inventada a partir de pesquisas militares no final da década de 90, tendo como principal contexto a Guerra Fria. Desde a sua primeira versão, seu mote era facilitar a comunicação à distância e a transmissão de dados. A partir do barateamento dos custos e das políticas de incentivo de uso de tecnologias e da rede a sua popularização passa por um processo rápido e maciço (países globalizados), já que duas décadas foram suficientes para sua plena consolidação.

Essa vertiginosa propagação transforma o relacionamento entre os humanos e as tecnologias, e proporciona novas formas de convivência social que são impulsionadas pela criação de diversas ferramentas de comunicação e de interação entre os sujeitos (COLVARA, 2013).

O ponto de partida desta análise é que as pessoas, as instituições, as companhias e a sociedade em geral transformam a tecnologia, qualquer tecnologia, apropriando-a, modificando-a, experimentando-a. Esta é a lição fundamental que a história social da tecnologia ensina, e isso é ainda mais verdadeiro no caso da Internet, uma tecnologia da comunicação. A comunicação consciente (linguagem humana) é o que faz a especificidade biológica da espécie humana. Como nossa prática é baseada na comunicação, e a Internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação. Por outro lado, ao usá-la de muitas maneiras, nós transformamos a própria Internet. Um novo padrão sociotécnico emerge dessa interação (CASTELLS, 2003, p. 10).

Para Castells (2003), a internet é uma invenção tão importante para a nossa época, tal qual a eletricidade e o motor elétrico foi para a Era Industrial e torna-se o tecido de nossas vidas. Ela instaura-se nos países democráticos como instrumento vital de comunicação, informação e expressão, de tal forma que é

praticamente impossível ignorar ou relegar a sua importância e o seu amplo uso na sociedade.

Discutem-se as os impactos, públicos e privados, dessa nova forma de viver, o viver “online”. Teoriza-se que essa é uma época marcada pela revolução digital, já que os sujeitos, imersos em um universo virtual cada vez mais naturalizado, sentem a necessidade de estarem sempre conectados (POSTIGO, 2011). O uso desses aparatos tecnológicos infiltra-se no cotidiano das pessoas e modificam as formas de se estar no mundo, portanto influenciam na formação e na subjetividade dos mesmos (DE SANTANA ET AL., 2009).

Assim como tudo no mundo da Era Digital, a velocidade de transformações e modificações da Web e das tecnologias em geral é impressionante; considera-se, inclusive, que esse foi o período mais frenético já vivido. Diante disso as crianças consideram natural o uso de todo esse aparato instrumental no seu cotidiano, de tal maneira que já não conseguem imaginar um mundo sem a utilização dos mesmos. O primeiro contato com a tecnologia tem ocorrido cada vez mais precocemente, muitas vezes anteriormente à sua escolarização (DE PAIVA; COSTA, 2015).

Prensky (2001) explica que a geração anterior aos nativos digitais são os “Imigrantes digitais” e correspondem a todos aqueles que entraram em contato tardio com as inovações tecnológicas, e, estão tentando se adaptar e aprender a lidar com uso das novas tecnologias.

Palfrey e Gasser (2011) acreditam que além dos Nativos e dos Imigrantes Digitais, existiria uma terceira categoria: os Colonizadores Digitais. Esses seriam os que embora não tenham nascido na era digital, contribuíram para o surgimento dela. “Algumas pessoas mais velhas estavam ali no início, os Colonizadores Digitais – não nativos do ambiente digital, porque cresceram em um

mundo analógico, mas que ajudaram a moldar seus contornos” (PALFREY; GASSER, 2011, p. 13).

Teríamos, então, o seguinte contexto: três gerações diferentes convivendo em uma mesma época. As crianças e os jovens da atualidade pensam e processam as informações de maneira diferente e possuem estruturas de pensamento distintas, já que passaram por experiências dessemelhantes em relação aos seus pais, avós, professores e educadores. Nesse embate, o que deve acontecer? Quem deve ensinar a quem? Os filhos devem se adaptar ao antigo ou os educadores ao novo?

Para responder a essas perguntas, é necessário considerar que por mais que os imigrantes digitais se adaptem às novas formas do mundo, eles sempre manterão, em certo grau, os traços do passado, as ações arcaicas, denominadas por Prensky de “sotaque” e, então, os nativos digitais as verão como atitudes sem sentido, ultrapassadas ou incoerentes. Visto por essa perspectiva, deve-se considerar que certamente há um crescente abismo entre as gerações, o que nos leva a um problema sério, porque os Imigrantes Digitais estão tendo dificuldades para ensinar as crianças e adolescentes, pois ainda usam uma “linguagem ultrapassada” da era pré-digital e tentam a todo custo atrair a sua atenção (PRENSKY, 2011).

Com o passar do tempo, embora o significado do que é ser criança e infância tenha se modificado, Dornelles (2005) acredita que exista uma multiplicidade de concepções sobre a criança, tal qual ao surgimento de novas espécies. A autora sugere que se problematize e se desconstrua a visão singular da modernidade ocidental de que toda criança é universal, única, pura e ingênua, pois, atualmente, as mesmas também podem ser espertas, desafiadoras, mais ativas, incontroláveis, indisciplinadas e impacientes.

De acordo com Alves (2008) a geração atual seria a Geração M ou Geração Multitasking (multitarefas), pois estão acostumadas à rapidez e a multiplicidade do mundo digital e, por isso interagem simultaneamente com as diferentes mídias e executam tarefas simultâneas, tais como ouvir música, jogar online, assistir vídeos, navegar nas redes sociais e conversar com os amigos através de mensagens instantâneas pelo celular. E é nessa imensidão de informações que encaixam o momento de cumprirem com as atividades propostas pela escola.

As crianças de hoje estão acostumadas a serem multitarefas, a lidar com uma infinidade de informações rápidas, descartáveis e diversas; além disso, passam a maior parte de suas vidas online e se maravilham com todas as possibilidades que encontram. Naturalmente, tais mecanismos as influenciam em seu modo de aprender, estudar e se relacionar com outras pessoas (PALFREY; GASSER, 2011). Prensky aponta que os nativos digitais representam uma classe que não mudaram apenas o seu modo de falar, vestir ou namorar, mas ao serem expostas e aderirem ao mundo digital, alteraram a estrutura de processo entre o sujeito e a informação, aprendizagem, interação e comunicação. Para Ersad (2003) os jovens são o primeiro grupo da sociedade que se apodera das novas ferramentas digitais e as utiliza como prática social, e a sua maior implicação é entender como essas novas tecnologias podem auxiliar e não atrapalhar na criação e reinvenção de novas formas de desenvolvimento, ensino e aprendizagem. E, neste cenário, quais as possíveis relações entre essa “nova” realidade e o desenvolvimento moral de crianças e adolescentes?

O desenvolvimento moral a partir da perspectiva da epistemologia genética

A construção de valores, princípios e normas é um processo do desenvolvimento humano e por ser um processo será construído na convivência diária, com a família, os seus pares e a sociedade. Sem a existência das regras não seria

possível o convívio social, mas também somente com a existência delas não estaria garantido o seu entendimento ou a sua adesão.

Jean Piaget, epistemólogo genebrino, foi o pioneiro na área da Psicologia a estudar o desenvolvimento do juízo moral das crianças, numa perspectiva interacionista e relacional. Em seu livro *O Juízo Moral na Criança* (1932/1994), demonstra que ao nascer o bebê apresenta ausência total de regras (anomia) e com o passar dos anos aprende que algumas coisas podem ou não ser feitas. As regras emanam dos mais velhos e o medo da perda do afeto ou da punição e do castigo, além do amor que sentem pelos pais, são alguns dos fatores que as impulsionam a agir em conformidade com as regras.

Na concepção piagetiana, a obediência às regras e à ordem social faz parte da construção da moralidade (ARAÚJO, 2007). Segundo este autor, Piaget: [...] indica duas etapas distintas e complementares na constituição do desenvolvimento moral, que são a heteronomia e a autonomia. Na heteronomia as regras e valores morais são estabelecidos por um adulto ou uma figura de autoridade e as crianças obedecem, em uma relação de respeito unilateral. Já na autonomia é necessário maior desenvolvimento e as regras são estabelecidas por meio de consentimentos mútuos. Os atos morais são valorizados por si mesmos, independentes de consequências ou punições. Na autonomia, as relações sociais baseiam-se na cooperação e no respeito mútuo de forma gradual e progressiva (ARAÚJO, 2007).

A fase de controle essencialmente externo é chamada de heteronomia. Somente quando o adolescente é capaz de ter um autocontrole das regras, independente do olhar dos adultos ou de outras circunstâncias, tais como pressões

sociais, mudanças de contextos ou mudança das pessoas envolvidas, é que dizemos que o desenvolvimento moral foi bem sucedido, ou seja, o sujeito atingiu, por meio de uma construção ativa, a autonomia moral (PIAGET, 1932/1994).

A palavra “limites” está em voga no contexto “como educar uma criança”, este destaque se dá por uma série de dificuldades e dilemas que os responsáveis enfrentam na hora que precisam lidar com questões que envolvem a obediência, o respeito e a disciplina. Esses pontos são muito pertinentes à educação moral (LA TAILLE, 1998). Os adultos não estão confiantes sobre o que é certo ou errado. Esse clima de insegurança e incerteza distancia a criança do contato com a moral e com os deveres, já que os adultos acabam por esconder os seus próprios valores (LA TAILLE, 2002b).

La Taille (2002a) faz importantes apontamentos sobre a questão dos limites dentro da área da educação. Sua aproximação com o tema se deu através dos crescentes questionamentos sobre a falta de limites dos jovens na atualidade. Para o autor quando citamos a palavra “limites” possivelmente seríamos levados a pensar na questão do monitoramento ou do controle parental, já que constantemente o termo é empregado dentro do campo da psicologia moral como obrigação, proibição ou restrição de liberdade, em outras palavras, diríamos que é aquilo que denominamos como dever. Sabe-se que os deveres morais representam uma necessidade intrínseca para o convívio em sociedade, por isso desde os primórdios da civilização os limites restritivos permeavam a educação infanto-juvenil. Eram comuns o respeito pela autoridade, a obediência e a disciplina, que sempre foram necessários, em um primeiro momento, para o desenvolvimento moral. De acordo com o autor, atualmente, os pais possuem dificuldades na hora de impor limites, pois têm medo de serem taxados como autoritários. Tal temor os influenciaria a não expor claramente as questões da existência dos deveres e

dos limites, e como resultado, as crianças e os jovens não reconheceriam a existência de regra alguma, uma forma de anomia tardia.

Os estudos sobre a moralidade remontam à antiguidade. Filósofos buscavam discutir sobre os conceitos atrelados ao bem e ao mal. Porém, é na modernidade, influenciado pelo Iluminismo e pela racionalidade emergente, que o filósofo alemão Immanuel Kant (1774), introduz as suas ideias sobre a moralidade. Para ele a moral não era a simples adesão às regras determinadas pela sociedade, o agir moralmente “bom ou certo” deveria obedecer ao princípio incondicional e universal chamado de Imperativo Categórico: “age apenas segundo uma máxima tal que possa querer que ela se torne lei universal” (KANT, 1964, p. 223). Além dessa discussão, Kant teorizou sobre a existência de duas grandes tendências morais: a heteronomia, que significa ser governado por outros sem questionamento às regras impostas, pelo medo à punição ou visando o bem estar e o interesse próprio; e a autonomia, que requer uma descentralização, de forma que, fundamentando-se no Imperativo Categórico, o sujeito seja capaz de se colocar no lugar do outro para agir moralmente de acordo com o bem (MENIN, 1999). Segundo Kant, só seríamos capazes de garantir a dignidade ao outro ser humano através da autonomia fundamentada exclusivamente na razão (LEPRE, 2005).

Em 1932, a discussão sobre a moral adentra o campo da psicologia. Piaget publica o seu livro intitulado: “O juízo moral na criança”. Suas ideias são claramente influenciadas pelos pressupostos sobre a autonomia e heteronomia Kantiana, no entanto, diverge do mesmo, ao afirmar que essas duas tendências morais eram construídas e estavam sujeitas a uma infinidade de fatores, notadamente aqueles que diziam respeito às formas de relações sociais que a criança está submergida (MENIN, 1999).

A compreensão de que a sociedade não é homogênea e de que as relações podem ocorrer de diferentes formas, é um fator primordial para entendermos a moralidade (PIAGET, 1932/1994). No entanto, num primeiro momento, é preciso entender que para que seja possível que a criança adentre no “universo moral” é necessário que ela esteja em contato com relações assimétricas, ou seja, que haja certo domínio da autoridade por parte dos educadores. Uma vez desenvolvido este senso moral durante a fase de heteronomia, seria possível então o desenvolvimento moral rumo à autonomia (LA TAILLE, 2002a).

[...] a criança começa por considerar as regras não só como obrigatórias, mas ainda como intangíveis e devendo ser consideradas literalmente. [...] essa atitude resulta da coação exercida pelos mais velhos sobre os menores e da pressão devida aos próprios adultos, sendo, dessa forma, as regras do jogo assimiladas a deveres propriamente ditos. (PIAGET, 1932/1994, p. 92).

A educação moral concretizar-se-ia, portanto, desde o currículo até as interações sociais na escola e nos incontáveis arrolamentos desta com a sociedade e principalmente a família. Certo de que certas práticas educacionais podem ou não elevar os padrões morais e sociais, a família e a escola surgem como instituições essenciais para propiciar os processos evolutivos dos indivíduos atuando como desencadeadoras ou inibidoras do seu crescimento, emocional, físico, social, intelectual e moral (DESSEN; POLONIA, 2007). “Pais e professores são inevitavelmente modelos para as crianças. Pode ser ‘bons’ modelos, moralmente falando, ou péssimos. Em qualquer dos casos suas ações, seus julgamentos e os valores que se exteriorizam farão parte do modo de ser das crianças” (MENIN, 1999, p. 99).

Os estudos de Baumrind (1966) demonstraram que a autoridade que os pais exercem sobre os filhos sofre fortes influências das crenças e valores parentais (COSTA; TEIXEIRA; GOMES, 2000). No entanto, não podemos nos ater somente a isso, já que o estilo vai se constituindo na interação dos pais com os

filhos, ou seja, as características dos filhos também devem ser levadas em conta na definição do estilo parental (FALCKE; ROSA; STEIGLEDER, 2012). Além disso, as práticas educativas parentais sofrem influências da cultura e do contexto familiar, consistindo não apenas em respostas ao comportamento dos filhos, mas sim no processo de transmissão de valores e normas características de determinado contexto social (KOBARG; VIEIRA, SACHETI, 2006).

Contudo, para compreender a moralidade devemos nos ater a questão do respeito. Durkheim postulou que basta que os indivíduos vivam em sociedade, para que, surjam novas características de obrigação e de regularidade, o respeito se dirige ao grupo resultando da pressão do mesmo sobre o indivíduo. Bovet, por outro lado, defende que o respeito se encaminha às pessoas e provém das relações dos indivíduos entre si. Ele demonstra que as obrigações morais nunca se desenvolveriam em um ser isolado, no entanto, ao contrário de Durkheim, ele acredita que é suficiente o contato entre dois indivíduos para o que respeito mútuo e os valores morais floresçam (PIAGET, 1932/1994).

De acordo com Freitas (2002), Piaget acreditava que embora houvesse diferenças nos autores das diversas correntes teóricas (Durkheim, Bovet, Kant), em um ponto todos eles convergiam: o respeito como um sentimento fundamental para a moral. Piaget tende às ideias de Bovet e Ferenczi, nas quais o respeito é visto como uma relação de natureza afetiva, dosada pelo amor ou pelo medo.

Buscando achar respostas para a questão da influência do respeito no desenvolvimento da autonomia moral, Piaget (1932/1994) deixa claro que o valor de uma ação ou um julgamento moral não está ligado às regras que se respeita, mas de que forma estas regras são respeitadas. O respeito que a criança constrói pela regra e pela pessoa que a transmite, justifica o valor moral do ato ou do juízo e é com base nesse respeito que a criança evolui moralmente. Existem, então, as

relações ditas coercitivas (em que um indivíduo considerado superior exerce sua autoridade de forma coercitiva sobre um indivíduo considerado inferior); e, as relações de cooperação (em que os indivíduos se tratam como iguais e se ajudam mutuamente). Estas duas formas de relação social conduzem a resultados diferentes. De acordo com a relação estabelecida o respeito entre estes indivíduos pode ser Respeito Unilateral, quando ocorre relação de coação entre os indivíduos, ou Respeito Mútuo, quando ocorre relação de cooperação.

Em primeiro lugar, há o respeito que chamaremos unilateral, porque ele implica uma desigualdade entre aquele que respeita e aquele que é respeitado: é o respeito do pequeno pelo grande, da criança pelo adulto, do caçula pelo irmão mais velho. Esse respeito, o único em que normalmente se pensa e no qual Bovet tem insistido muito especialmente, implica uma coação inevitável do superior sobre o inferior; é, pois, característico de uma primeira forma de relação social, que nós chamaremos de relação de coação. O respeito unilateral leva à regra coercitiva. Nesse caso, portanto, é preciso se conformar com as regras, pois as regras são obrigatórias, tendo origem no adulto ou no divino. O respeito unilateral é marcado, ainda, pelo egocentrismo infantil. Do respeito unilateral, então, resulta uma forma de juízo moral heterônoma (PIAGET, 1996, p. 04).

Mas existe, em segundo lugar, o respeito que podemos qualificar de mútuo, porque os indivíduos que estão em contatos e consideram como iguais e se respeitam reciprocamente. Esse respeito não implica, assim, nenhuma coação e caracteriza um segundo tipo de relação social, que nós chamaremos de relação de cooperação. Quando as crianças praticam e vivenciam as regras de acordo com a cooperação, são capazes de elaborar a regra de maneira diferente, percebendo que elas não são imutáveis, mas dependem do acordo mútuo e da reciprocidade. Do respeito mútuo resulta, então, uma forma de juízo moral autônoma (PIAGET, 1996, p. 04).

A importância da qualidade da relação pais-filhos sobre o desenvolvimento das crianças tem se mostrado irrefutável por muitos estudiosos do assunto. De Paiva e Ronzani (2009) constataram a importância do envolvimento dos pais no monitoramento e no conhecimento de seus filhos, pois a ausência de suporte e de monitoramento parental estava relacionada a uma maior vulnerabilidade às práticas de risco e abusivas dos adolescentes. Gomide (2003b) inter-relaciona inadequação de práticas educativas a problemas no desenvolvimento cognitivo e social e no desempenho acadêmico dos filhos. Crianças na idade escolar, com pouca interação com ambos os pais, apresentam menor desenvolvimento cognitivo e mais problemas de comportamento (ANSELMINI et al., 2004; STOCKER et al., 2003). Em relação à influência da interação familiar sobre o desempenho acadêmico dos filhos, alguns autores (HILL; TAYLOR, 2004; NEWCOMBE, 1999) mostram que as crianças com melhor desempenho acadêmico têm pais e mães mais envolvidos, afetuosos e verbalmente sensíveis, que evitam o uso de punições e restrições. De acordo com Gomide (2003a; 2003b) e Prust e Gomide (2007), na prática educativa, os pais ao interagirem com seus filhos ou por meio de seus próprios comportamentos, transmitem normas e valores às crianças que serão generalizados em outras circunstâncias.

As novas tecnologias e as implicações no desenvolvimento moral infanto-juvenil

Prensky (2001) ressalta o fato de que a Internet está adentrando cada vez mais precocemente o universo infantil e, de fato essas tecnologias podem trazer riscos ou benefícios para seus usuários. O problema ocorre quando os pais (imigrantes digitais), por não sentirem-se aptos a dominarem o uso dessas tecnologias, não orientam ou controlam os seus filhos para um uso seguro e saudável. Ainda de acordo com o autor, a principal dificuldade encontrada pelos tutores reside em ponderar o quanto é benéfico ou maléfico o seu uso e ajustar a frequência da exposição dos mesmos.

Na medida em que a Internet, os aparelhos digitais e as redes sociais infiltram-se e se naturalizam cada vez mais na vida das crianças e dos adolescentes, emergem também novos desafios, que suscitam, constantemente, vários debates que busquem compreender como essas novas realidades são constituídas e quais são as suas consequências para a vida das pessoas.

Buckingham (2008) pede cautela ao lidarmos com a ideia da “geração digital”, pois em muitos casos acabamos por entender que os “nativos digitais” nascem com a propriedade de dominar a tecnologia ou possuem uma afinidade espontânea com a mesma. É verdade que os jovens estão ativamente lidando com todo esse aparato tecnológico, mas isso não quer dizer que eles possuam pleno domínio ou saibam lidar com tudo o que ocorre diante dessa mediação. O autor diz ainda que, os jovens em seu ambiente multitarefa, estão tendo dificuldades de gerenciarem o seu tempo e de separar o momento de lazer, do momento de tarefa escolar, por exemplo.

Ademais, se, por um lado, existe a expansão de infinitas possibilidades e oportunidades que a era da internet proporcionou, por outro são maiores os riscos de exposição desse usuário. De acordo com Livingstone, Mascheroni e Staksrud (2015), os jovens têm experienciado inúmeros meios de acesso à informação, de comunicação e interação social e isso é extraordinário, no entanto, a crescente ubiquidade conferida à rede no cotidiano de crianças e adolescentes tem contribuído para a emergência de novas formas de exposição aos riscos, e conseqüentemente a necessidade de acompanhar o desenvolvimento e conceituação desses riscos para então podermos criar estratégias para enfrentá-los. Hasebrink e Lampert (2016) citam que somente os usuários mais experientes e engajados há mais tempo em ambientes como a Internet são mais capazes de demonstrar maiores habilidades para enfrentar e minimizar os possíveis efeitos negati-

vos das situações vivenciadas online. Ele elenca várias situações em que as crianças ou adolescentes podem precisar do auxílio e orientações de seus responsáveis ou professores. São elas: *cyberbullying* (assédio virtual), proteção de dados pessoais, conteúdos de natureza intolerante ou sensíveis, *stalking* (perseguição), privacidade online, *sexting* (divulgação de conteúdos eróticos e sensuais através de celulares), pedidos de Nudes (fotos própria sem roupa), algumas publicidades voltadas para o público infantil, vídeos com conteúdos impróprios dos Digital *Influencers* (formadores de opinião) ou *Youtubers*, entre outras.

Com o propósito de exemplificar as ideias tratadas acima, traremos dados da pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIa, 2016). Quando o quesito foram os riscos enfrentados pelos jovens, foi encontrado na amostra da edição de 2016 que 20% tiveram contato com informações sobre formas de emagrecer, 13% formas para machucar a si mesmo (*self-cutting*), 10% relataram formas de experimentar ou usar drogas e 10% formas de cometer suicídio. Uma infinidade de dados é exposta nessa pesquisa, no entanto, destacaremos apenas mais alguns para substanciar a nossa reflexão: 23% dos pesquisados foram tratados de maneira ofensiva nos últimos 12 meses, 42% das crianças e adolescentes usuários declararam que tiveram contato com alguém que não conheciam na rede, 22% se encontraram pessoalmente com alguém que conheceram na internet, 23% entre aqueles de 15 a 17 anos relataram o recebimento de mensagens de teor sexual, 41% dos usuários declararam ter presenciado alguém sendo discriminado na rede, 49% dos que possuíam um perfil em rede social o configurou como público, 25% dos adolescentes entre 15 e 17 anos usuários de Internet admitiram ter se arrependido de algum conteúdo postado sobre si mesmo na Internet, 63% com idades entre 9 e 10 anos relataram que possuíam perfil em redes sociais, esse número aumenta entre os jovens de 11 e 12 anos para 79%, 90% dos

usuários entre 11 e 17 anos relataram proteger seus dispositivos móveis com senha. E ainda, em 11% das famílias, os pais nada sabiam sobre as atividades de seus filhos e 41% sabiam mais ou menos.

As crianças são nativos digitais, mas só até certo ponto. (...) No entanto, elas também enfrentam situações que não conseguem resolver, para as quais pedem ajuda. Deste modo, a literacia digital implica que os jovens não precisem apenas de princípios básicos para se manter seguros online, mas que também precisem de uma variedade de habilidades técnicas, cognitivas e críticas que lhes permitam fazer avaliações sobre a qualidade das fontes, para utilizar com conhecimento e criatividade de os meios e ganhar competência no uso de ferramentas digitais para a participação pública (FERREIRA, 2017, p. 8).

Destacamos que além do “TIC KIDS Online Brasil” o CGI empreendeu pesquisas em outros segmentos, o que inclui um estudo denominado: “TIC EDUCAÇÃO: Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras” (CGIb, 2016b). Essa pesquisa aponta, de forma inédita, que 40% dos professores de escolas urbanas precisaram auxiliar algum aluno a lidar com situações desconfortáveis ocorridas durante o uso da Internet, tais como *cyberbullying*, discriminação, assédio e disseminação de imagens sem consentimento.

Esses dados reforçam a ideia de que, por vezes, os adultos superestimam a capacidade das crianças e adolescentes de manejar de forma consciente os riscos e oportunidades envolvidos no acesso às TICs. Sendo necessário enfrentar o mito de que o nativo digital tem capacidade plena de se autogerenciar nas redes. Em muitas situações lhes faltam consciência, e crítica para realizar todas as escolhas acerca do que desejam ou não expor virtualmente ou sobre o que devem ou não fazer ou, ainda, em quem podem confiar.

[...] utilizar dispositivos digitais não é sinônimo de habilidade para desfrutar das oportunidades e explorar de forma consciente e crítica novos ambientes de relacionamento e convivência social, especialmente quando indagamos sobre as habilidades de adolescentes para manejar o fluxo de suas informações pessoais. (NEJM, 2016, p. 89)

A falta de diálogo e o distanciamento afetivo é o caminho para a formação de uma 'barreira digital' entre jovens e adultos. Os pais sentem-se inseguros, antiquados ou obsoletos quando imaginam que possuem menos conhecimento ou domínio sobre as novas tecnologias do que seus filhos e acabam por se distanciar dos mesmos (DE ALMEIDA, 2014). E, é possível que, de fato, os jovens estejam adotando gírias que dificultem a compreensão e o diálogo com os adultos. A todo o momento surgem novas expressões na internet, cujos significados só são entendidos por quem está bastante imerso nas redes. Traremos alguns exemplos para o leitor, no entanto, não os explicaremos, como forma de exercício de tentativa de compreensão: *"Esse rolê é muito mec"*, *"Essa gíria tá muito hypada, aff"*, *"Faz favor de lembrar que a gente era bife antes de você ficar famosa!"*, *"Desculpa flodar mas eu não tão tô sabendo lidar com o novo clipe da fada!"*, *"SLC cachorreira"*, *"Tira foto sem camisa e quer que a gente acredite que é pra mostrar a paisagem... só quer biscoito"*, *"Curto praia, reggae, F1"*, *"SLC kkkkk tá na Disney?"*, *"Se flopar vou apagar o post rs"*, *"Esse meme vem do LDRV"*. Será que é possível entender todas as expressões ou teríamos que pesquisar? Esse é um exemplo de como a linguagem também pode criar uma barreira entre os adultos e as crianças. Percebemos que algumas dessas expressões utilizam termos em inglês, sendo necessário, então, que o ouvinte ou o receptor tenha algum conhecimento dessa língua. Além do mais, a maioria dessas gírias não possui uma lógica ou seguem algum raciocínio que as torne evidente.

Devemos lembrar que a infância e a adolescência são as fases de construção da identidade da criança e do adolescente e durante esse processo, elas buscam respostas sobre "quem sou eu?". Essa resposta é encontrada, muitas vezes, nas opiniões alheias e são sempre valorativas e dualistas (bom ou mal, bonito ou feio, desejável ou indesejável, certo ou errado, etc.). É certo que, nessa fase, os valores prezados e promovidos pela sociedade adulta têm grande importância e

influência sobre o desenvolvimento dos jovens. É também nesse período que ocorre o desenvolvimento moral dos mesmos, e esse desenvolvimento será perpassado pelos valores dos pais, da sociedade, dos professores, dos pares, ou quem quer que a criança ou o adolescente considere significativo. Assim, durante esse período, os jovens criam as suas próprias opiniões, discernimento e a imagem de si mesmos (LA TAILLE, 2009).

Muitas vezes, essas crianças e adolescentes, ao se distanciarem dos pais ou responsáveis, procuram outras fontes para se espelharem e se constituírem. E é nesse momento que eles acabam por adotar como modelo moral os chamados Influenciadores Digitais (*Influencers, Youtubers, Bloguers*).

Um Influenciador Digital é toda pessoa que consegue acumular uma grande quantidade de seguidores em redes, canais e plataformas da internet e das mídias sociais. Eles são pessoas comuns que estão conectados online e produzem conteúdos digitais de grande repercussão, influência e persuasão. Eles são para os jovens, comparativamente, o que os astros do cinema e da música eram para a geração passada. Há aspectos atraentes que tornam as celebridades do YouTube muito mais populares e admiradas do que as “estrelas de Hollywood”. Os fãs dos YouTubers relatam que se sentem mais ligados aos ídolos, já que os percebem como iguais e podem ter padrões de vida semelhantes. Os *YouTubers* têm quase a mesma idade do público que os segue. No entanto, não é incomum, fora do universo online, que eles atraíam a atenção e levem alguns jovens à loucura, no entanto para a maioria dos adultos são desconhecidos e passam despercebidos. Quando alcançam um número expressivo de seguidores, recebem patrocínio para promover marcas e incitar o consumismo. Outro problema é em relação ao conteúdo duvidoso dos vídeos que apelam para atitudes que normalmente os adultos não aprovariam. Não incomum, por exemplo, o uso de palavrões, o discurso de ódio, a promoção de desafios que coloquem em risco a

saúde do espectador, humor negro, sadismo, etc. Muitos são os relatos das mães nas redes sociais que ficam perplexas e indignadas com o conteúdo propagado por esses *Influencers* e tentam proibir os filhos de assistirem ou os seguirem. Elas dizem que sempre viram os seus filhos assistindo aos vídeos, mas não tinham parado para reparar qual era o conteúdo (WESTENBERG, 2016).

Bentley, Earls e O'Brien (2011) explicam que as pessoas tendem a copiar o comportamento das pessoas de que gostam ou a compartilhar o mesmo estilo comportamental dos seus ídolos. Segundo esses pesquisadores os comportamentos e as crenças são mais contagiosas entre aqueles que possuem conexões sociais compartilhadas. Os adolescentes tendem a imitar os seus Influenciadores Digitais com o intuito de serem aceitos pelo grupo e serem populares entre os seus amigos.

Pois bem, qual seria a relevância desses dados para o estudo do desenvolvimento moral? Gomide (2004) retrata que ao longo das gerações o processo de educar as crianças atravessou diversas transformações. A autora discute quais eram as formas que os pais utilizavam para educar os seus filhos e quais são as formas atuais. Com a revolução dos costumes dos anos 50 era habitual os castigos, as regras inquestionáveis, a punição e uma severidade extrema legitimada pelo dever de educar. Os filhos dessa geração, através da experiência negativa de educação, passaram a adotar uma maior flexibilização das regras e também uma maior liberdade sexual. No entanto, a geração seguinte ou os novos pais, passaram a repudiar as punições físicas e começaram a usar a utilizar o diálogo como fonte de educação, optaram por se tornar mais amigos dos filhos e se tornaram mais permissivos. No entanto, essa nova maneira de educar, embora tivesse vários fatores positivos, trouxe algumas consequências indesejáveis: “Os filhos ficaram desobedientes, não respeitando seus pais e professores, muitas ve-

zes deixando de estudar, não querendo assumir compromissos profissionais, tornando-se rebeldes, e por via de consequência, alvo fácil de grupos desviantes” (GOMIDE, 2004, p. 10).

Diante dos desafios apresentados, destacamos que as crianças e os adolescentes precisam da mediação dos adultos para lidar com essas novas tecnologias. Assim como na autonomia, a relação entre os adultos e os jovens, deve ser pautada na cooperação, no respeito mútuo, baseado no diálogo e na compreensão. Portanto, cabe aos educadores (pais, responsáveis e professores) criar uma relação de respeito, diálogo e acolhimento desses jovens. Eles devem cultivar desde a mais tenra idade da criança, laços e vínculos fortes, baseados na confiança, educação e respeito, de forma a superarem as barreiras que, por vezes, insistem em distanciar, distrair ou afastá-los, buscando assim maximizar as oportunidades e minimizar os riscos ou possíveis danos ao bem-estar dessas crianças ou adolescentes.

Existe uma grande tendência de estudos que priorizam a importância da moralidade na prática ou não do *cyberbullying*, e apontam o uso das discussões morais como meio de preveni-los (MARTÍNEZ, 2013a, 2013b, 2015; TOGNETTA; BOZZA, 2012; TOGNETTA; ROSÁRIO, 2013).

José María Avilés Martínez, psicólogo e professor da Universidad de Valladolid, têm dedicado os seus anos de estudo à pesquisa da convivência escolar, intimidação entre iguais, *bullying* e *cyberbullying*. Para o autor, a falta de uma educação moral na vida do sujeito, acaba por ser a principal responsável pela origem da prática de atitudes de desrespeito ao próximo, seja ela em forma de violência, injustiça ou descumprimento de regras (MARTÍNEZ, 2013a, 2013b, 2015).

Tognetta e Bozza (2012) aplicaram um questionário em 63 adolescentes de 14 anos, estudantes de colégios públicos de Campinas-SP para investigar se existia ou não uma possível correspondência entre as representações que os sujeitos têm de si e a prática do *cyberbullying* através do site de relacionamento "Orkut". As autoras encontraram uma correspondência entre os não praticantes de *cyberbullying* e aqueles adolescentes cujas representações de si baseavam as suas ações em conteúdos éticos e admiravam os valores morais, tais como a justiça e a generosidade e eram capazes refletir e incluir os outros em suas ações.

Tognetta e Rosário (2013) realizaram um estudo cujo objetivo era investigar se os engajamentos ou desengajamentos morais possuíam relação com a prática de *bullying*. Como resultado, eles encontraram que os indivíduos que praticavam o *bullying* eram mais desengajados ou menos engajados às situações morais. Isso demonstrou que os autores de *bullying* conseguiam desativar seletivamente o controle de um mau comportamento moral, justificando-a moralmente. Esse desengajamento moral serviria como um desinibidor de condutas moralmente incorretas que libertariam o autor da culpa e da autocensura. Essas mesmas autoras demonstraram através do levantamento bibliográfico, que a presença de desengajamentos morais dificultaria que o sujeito se colocasse no lugar do outro ou se comovesse com a sua dor. E, mais ainda, as emoções ligadas ao desengajamento moral seria o orgulho e a indiferença, enquanto as associadas à responsabilidade moral seriam a culpa e a vergonha. Outro fato levantado por esses autores é que os sujeitos que praticam o *cyberbullying* apresentam ainda maior desengajamento moral do que aqueles que praticam o *bullying* de maneira tradicional.

Em sua tese, Rocha (2010) analisou o processo de produção discursiva e as práticas de *cyberbullying* dirigidas a professores no site de redes sociais Orkut. O resultado indica que diante deste contexto de assédio virtual, embora

os alunos expressem opiniões importantes sobre os seus professores, eles também acabam por banalizar e naturalizar o ódio e a violência nas redes sociais. Esse sentimento de liberdade por parte dos alunos é encorajado pelo sentimento de diluição das hierarquias na internet, o poder de participação, o direito de se expressar como quiser e a comunicação horizontalizada. A autora frisa que a violência é gerada a partir de um autoritarismo pedagógico, como resposta à repressão imposta pelos professores através de práticas pedagógicas abusivas ou repressivas. Por parte dos professores, foi possível verificar que ao se sentirem desautorizados, desrespeitados ou impotentes diante da indisciplina ou da atitude rebelde do aluno, os mesmos revidam através da violência psicológica contra o aluno. Eles sentem-se fragilizados, impotentes, e impedidos de exercer sua função de educador. Desmotivados, tanto pelas questões de relacionamento com os alunos, quanto pela baixa remuneração, pouco reconhecimento e péssimas condições de trabalho, dentre outras precariedades, o educador é preenchido por sentimentos de desqualificação, estresse, desilusão, baixa autoestima. Sob essas condições acabam inevitavelmente se desgastando (*burnout*), sendo justificáveis as licenças médicas, o afastamento temporário, e muitas vezes, definitivo.

Martínez (2010) entrevistou 955 alunos entre 12 e 18 anos, de 12 escolas públicas. Seu objetivo era analisar a influência do *bullying* e *cyberbullyng* sobre o sucesso escolar dos alunos do ensino médio e verificar se havia diferenças entre sexos ao que se refere as práticas de assédio virtual. Com instrumento de pesquisa, o autor utilizou o autorrelato, abordando diferentes aspectos do *bullying* tradicional, *cyberbullying* pelo telefone celular e o *cyberbullying* por intermédio da internet. Dados da pesquisa sugerem que o fenômeno de abuso, seja ele presencial, via telefone ou internet, influencia significativamente na possibilidade de êxito ou fracasso dos alunos envolvidos. Do ponto de vista de gênero os praticadores de *cyberbullying* masculinos apresentaram menor desempenho acadêmico.

O autor creditou esse resultado também a outros fatores psicossociais, tais como dificuldades de adaptação às normas da escola, adaptação ao currículo escolar ou a ausência de critérios morais nas relações interpessoais e falta de competência social dos indivíduos. Outro dado importante levantado nesse estudo diz respeito a uma maior incidência de casos ocorridos via internet, sendo que a vítima sentia-se muito mais compelida a responder a agressão quando essa se dava através da internet. Tal fato pode ter relação com o contexto e as condições proporcionadas pelo ambiente virtual, tendo em vista que nestes meios os usuários se beneficiariam do anonimato, da ausência imediata de consequências ou responsabilização, assim como do sentimento de desinibição e da falta de controle (supervisão), enquanto que no *bullying* presencial ou tradicional as condutas são, muitas vezes, mais contidas, seja pelo medo, por normas sociais, ou ainda por uma provável responsabilização por seus atos (punição).

Os pais estão preocupados, mas não seguros sobre a maneira de educar os seus filhos, pois, percebemos em seus discursos uma constante indagação e interesse sobre o assunto, mas não é incomum que eles, por vezes, demonstrem dificuldades para exercerem os seus papéis e realizar as intervenções necessárias, principalmente, quando o quesito é autoridade e imposição de limites. No entanto, os pais modernos, com medo de serem “odiados” pelos seus filhos, abriram mão do estabelecimento de regras, passaram a adotar sermões repletos de ameaças e não como instrumento de reflexão, se esqueceram de que são modelos morais para os seus filhos e se desvincularam do papel de educadores (GOMIDE, 2004). A autora ressalta a importância das regras, a monitoria adequada e o modelo moral como formas positivas de se relacionar com os filhos.

Sabe-se que os limites na educação são, sem dúvida, fundamentais na formação do indivíduo. (LA TAILLE, 1998, 2002b; SILVA, 2009). Discute-se atualmente sobre a questão da responsabilidade escolar e familiar sobre a educação

de crianças e jovens. Trava-se um embate entre elas, pois uma delega à outra a responsabilidade de trabalhar questões como disciplina e valores, bem como controlar o comportamento abusivo dessas (COUTRIM; CARVALHO; ALMEIDA, 2012; DE OLIVEIRA; MENIN, 2012). Ainda que a família seja considerada a base da formação social, cultural, intelectual e moral da criança, Oliveira e Menin (2012) também destacam a importância do papel escolar no desenvolvimento infanto-juvenil. Para as autoras, uma educação moral de sucesso depende do apoio mútuo, em que cada instituição assume o compromisso de complementar e suprir as necessidades da outra.

Considerações finais

Prensky (2001) ressalta que é fato que o uso da Internet certamente fará parte do cotidiano das novas gerações cada vez mais precocemente, portanto, mesmo que os mais velhos ou imigrantes digitais se sintam mais distantes ou estranhos às tecnologias, suas atitudes devem ser de abertura e interesse ao aprendizado das mesmas, pois só assim será possível o aumento da capacidade de orientação para um uso seguro e responsável das NTCIs. Portanto, cabe a cada instância de educação (pais, professores, escola, etc.), o papel ativo na promoção de conhecimentos, competências e processos colaborativos de mudança de valores, atitudes e comportamentos infanto-juvenis.

Além disso, é preciso abandonar a ideia de que as crianças já nasceram prontas para o uso dos aparatos tecnológicos ou de que já são tão familiarizados com a tecnologia que não precisam de auxílio. É consenso popular que as crianças adquirem fácil e rapidamente as competências operacionais básicas ou as mais avançadas, no entanto, elas também enfrentam situações de dúvida, insegurança ou que não se sentem aptas para resolver. Nesse momento, é importante que elas

tenham vontade, liberdade e interesse em procurar o auxílio dos pais ou de adultos que devem ser receptivos, acolhedores e tenham a capacidade de promover o suporte que a criança necessita (FERREIRA, 2017).

As próprias peculiaridades do ciberespaço, entendido muitas vezes como um ambiente livre, sem supervisão e punição, podem ser vistas como desinibidoras dos atos de seus usuários. Os pais têm pouco ou nenhum conhecimento, tanto em relação às formas de utilização quanto ao conteúdo acessado pelos seus filhos; e sentem dificuldades em estabelecer, ponderar e ajustar a frequência da exposição e exploração das NTCIs para o uso seguro e saudável.

Ressaltamos que a formação parental, o diálogo pais-filhos, o provimento do conhecimento e das competências parentais funcionarão como fatores protetivos em relação aos riscos enfrentados pelas crianças e adolescentes diante desse novo paradigma sociocultural permeado pelas NTCIs. Além disso, o contexto escolar pode funcionar como fonte de apoio aos pais, através da promoção de programas e políticas educativas que visem à orientação e o desenvolvimento das competências sociais infantis.

Em relação ao desenvolvimento moral, é imperativo que a geração atual que convive diariamente com a internet e com outros aparatos digitais tenha a oportunidade de desenvolver uma cidadania digital, baseadas em atitudes de respeito ao próximo e responsabilidade. É importante que os jovens entendam que o virtual não é menos real ou que não devem seguir regras, princípios, normas e valores regidos por um compromisso moral.

Sabemos, no entanto, que o desenvolvimento moral infanto-juvenil, não é apenas fruto dessa nova organização social, mas um conjunto complexo de vários fatores e circunstâncias. Dito isso, não cabe aos pais à responsabilização total pelos atos e atitudes de seus filhos ou a culpabilização das NTICs, já que os

jovens fazem parte de uma sociedade, de uma cultura localizada em um lugar e em uma determinada época. Afirmamos, portanto que nesse processo de construção de valores, a relação entre pais e filhos é essencial, mas não suficiente para dar conta de todas as implicações e vicissitudes do desenvolvimento moral da criança. A atualidade é marcada por um contexto de alteração dos valores morais, individualismo, fragmentação, consumismo e outras características que criam um ambiente desfavorável para o desenvolvimento da autonomia moral dos jovens.

Estamos em uma era marcada pelo processo de transformação dos valores, e de fato ainda há valores morais nos jovens, no entanto, parece que o conteúdo dos valores está se modificando, de morais, por valores estranhos ou até contrários à moralidade (TOGNETTA; VINHA, 2009). La Taille (1998) pontua que se existe a ideia de que há uma crise de valores é porque faltam aos jovens boas referências e uma carência na sociedade como um todo, daquilo que denominamos como limites. Para Dufour (2001) tudo recai sobre o sujeito, que sente a falta de um enunciador coletivo confiável. Os colapsos psíquicos, o mal-estar no campo cultural, a multiplicação de atos de violência e a emergência de formas de exploração em vasta escala, são sintomas provocados pela invasão de formas de destituição subjetiva. Tal cenário influencia a constituição e o desenvolvimento dos indivíduos e, conseqüentemente, recai sobre a educação das crianças e adolescentes, o que nos remete, inevitavelmente, à ausência de referência dos jovens.

A moralidade é por natureza social e o desenvolvimento de sujeitos morais só poderá ser concreto ante ao surgimento de uma sociedade moral, por isso o contexto social no qual os indivíduos interagem e se relacionam é de extrema importância para compreender o desenvolvimento moral das pessoas (BIGGIO, 1997).

Por último, ressaltamos que não é intuito deste artigo culpabilizar ou promover um discurso contra o uso das NTICs, pois sabemos que existem muitas ressalvas sobre os benefícios e malefícios que esses aparatos possam promover, sobretudo porque é de veras complexo condenar ou inocentar tais mídias, já que o caráter dinâmico desse contexto mediado pelas tecnologias suscita constantemente que os pesquisadores se disponham a investigar essa temática e a atualizá-la sempre. Essa nova realidade permeada pelas modificações das relações interpessoais e pelas inúmeras formas de interação virtual, trazem, sem dúvida, um horizonte de novos desafios e fenômenos contemporâneos a serem compreendidos. Cabe, portanto, aos pesquisadores, acompanhar o desenvolvimento dessas novas formas de ser no mundo, trazendo à tona debates fecundos para o desenvolvimento de novas abordagens sobre o tema.

Referências

- Alves, L. (2008). Relações entre os jogos digitais e aprendizagem: delineando percurso. *Educação, Formação & Tecnologias-ISSN 1646-933X*, 1(2), 3-10.
- Anselmi, L., Piccinini, C. A., Barros, F. C., & Lopes, R. S. (2004). Psychosocial determinants of behaviour problems in Brazilian preschool children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 4, 779-788.
- Araújo, G. B. D. (2007). *Limites na Educação Infantil: as Representações Sociais de Pais e Professores*. Master's Thesis, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Retrieved from: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11249/000611117.pdf>
- Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e Simulação*. (M.J. Costa Pereira, trans.). Lisboa: Relógio D'Água. (Original work published 1981).
- Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior. *Child Development*, 4, 887-907. <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Bentley, A., Earls, M., & O'Brien, M. J. (2011). *I'll have what she's having: Mapping social behavior*. Cambridge, MA: MIT Press.5. Braun, V. & Clarke,

Belloni, M. L., & Godoy Gomes, N. (2008). Infância, Mídias e Aprendizagem: Autodidaxia e Colaboração. *Educação & Sociedade*, 104, 717-746. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000300005>

Biaggio, Â. M. (1997). Kohlberg e a "Comunidade Justa": Promovendo o Senso Ético e a Cidadania na Escola. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1, 47-69. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000100005>

Buckingham, D. (2008). Youth and media institute of education. *Revista Pátio*, London University, 11(44).

Castells, M. (2003). *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Zahar.

Castells, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide Venancio majer; atualização para a 6ª edição: Jussara Simões. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1) São Paulo: paz e Terra, 1999.

CGI – CETIC (2016a): Comitê Gestor da Internet e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação: Pesquisa TIC KIDS ONLINE – Brasil, 2016. Disponível em: www.cetic.br/pesquisa/kids-online/indicadores. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_KIDS_ONLINE_2016_LivroEletronico.pdf. Acessado em: 21/08/2018

CGI – CETIC (2016b): Comitê Gestor da Internet e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação: Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras - TIC Educação 2016. Disponível em: www.cetic.br/pesquisa/kids-online/indicadores. https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_EDU_2016_LivroEletronico.pdf. Acessado em: 21/08/2018

Coutrim, R. M., de Carvalho, R. A., & de Almeida, J. P. P. (2012). Relação Escola e Família: uma Construção Sócio-histórica. *Cadernos de História da Educação*, 2, 627-640.

Colvara, L. F. (2013) *Tecnototemismo: a Subjetividade em Tempos Tecnológicos*. Ph.D. Thesis, São Paulo: Universidade de São Paulo. Retrieved from: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19062013-144631/pt-br.php>

Costa, F. T., Teixeira, M. A. P., & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 3, p. 465-473. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000300014>

De Almeida, A. T. (2014). Recomendações para a Prevenção do Cyberbullying em Contexto Escolar: uma Revisão Comentada dos Dados da Investigação. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, 1, 77-91.

De Oliveira, A. P., & Menin, M. S. D. S. (2012). Relação entre Escola, Família e Educação Moral: um Levantamento Bibliográfico: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Caxias do Sul, RS, 1-18.

De Paiva, N. M. N., & Costa, J. (2015). A Influência da Tecnologia na Infância: Desenvolvimento ou Ameaça? *Psicologia.pt*, 1, 1-13.

De Paiva, F. S., & Ronzani, T. M. (2009). Estilos Parentais e Consumo de Drogas entre Adolescentes: Revisão Sistemática. *Psicologia em Estudo*, 1, 177-183. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000100021>

De Santana, V. F., Melo-Solarte, D. S., de Almeida Neris, V. P., de Miranda, L. C., & Baranauskas, M. C. C. (2009). Redes Sociais Online: Desafios e Possibilidades para o Contexto Brasileiro Congresso da Sociedade Brasileira de Computação. Bento Gonçalves: CSBC, 1, 339-353.

Dessen, M. A., & da Costa Polônia, A. (2007). A Família e a Escola como Contextos de Desenvolvimento Humano. *Paidéia*, 36, 21-32. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>

Dornelles, L. V. (2005). Infâncias que nos Escapam: da Criança na Rua à Criança Cyber: Petrópolis, RJ: Vozes.

Dufour, D. R. (2001). Os Extravios do Indivíduo-sujeito. Tradução de Selvino José Assmann. Artigo on-line. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1, 1-6.

ERSAD, Ola (2003). Electracy as empowerment: student activities in learning environments using technology. London,. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1103308803011001073>. Acesso em: 30/08/18

Falcke, D., Rosa, L. W. D., & Steigleder, V. A. T. (2012). Estilos parentais em famílias com filhos em idade escolar. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5(2), 282-293.

Ferreira, S. M. A. (2017). Fontes de Apoio e Usos da Internet na Parentalidade. Master's Thesis, Braga: Universidade do Minho. Retrieved from: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/46354>

Freitas, L. B. D. L. (2002). Piaget e a Consciência Moral: um Kantismo Evolutivo? *Psicologia: reflexão e crítica*, n. 2, p. 303-308.

Gentile, D. A., & Walsh, D. A. (2002). A normative study of family media habits. *Journal of Applied Developmental Psychology*, (2), 157-178. [https://doi.org/10.1016/S0193-3973\(02\)00102-8](https://doi.org/10.1016/S0193-3973(02)00102-8)

- Gomide, P. I. C. (2004). Pais Presentes, Pais Ausentes: Regras e Limites. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gomide, P. I. C. (2003a). Ch 1: Estilos Parentais e Comportamento Anti-social. In: Habilidades Sociais, Desenvolvimento e Aprendizagem: Questões Conceituais, Avaliação e Intervenção (pp. 21-60). Campinas, SP: Alínea.
- Gomide, P. I. C. (2003b). Estilos parentais e comportamento anti-social. Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem, 1, 21-60. Habermas, J. (1989). Consciência Moral e Agir Comunicativo (2th ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hasebrink, U., & Lampert, C. (2016). Content, Contract, Contact, Conduct: translating a risks and opportunities classification. IAMCR 2016 Pre-conference. Luxembourg.
- Hill, N. E., & Taylor, L. C. (2004). Parental School Involvement and Children's Academic Achievement: Pragmatics and Issues. *Current Directions in Psychological Science*, 4, 161-164. <https://doi.org/10.1111/j.0963-7214.2004.00298.x>
- Kant, I. (1974). *Crítica da Razão Pura e Outros Textos Filosóficos* (2th ed.). (V. Rohden e U. B. Moosburger, trans.). São Paulo: Abril Cultural. (Original work published 1787).
- Kobarg, A. P., Sachetti, V. A., & Vieira, M. L. (2006). Valores e Crenças Parentais: Reflexões Teóricas. *Journal of Human Growth and Development*, 2, 96-102. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19795>
- La Taille, Y. D., & Menin, M. S. D. S. (2009). *Crise de Valores ou Valores em Crise?* Porto Alegre: Artmed Editora.
- La Taille, Y. D. (1998). *Limites: Três Dimensões Educacionais*. São Paulo: Ática.
- La Taille, Y. D. (2002a). Uma Interpretação Psicológica dos Limites. *Educar em Revista*, 19, 23-37.
- La Taille, Y. D. (2002b). *Vergonha, a Ferida Moral*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lepre, R. M. (2005). *Raciocínio Moral e Uso Abusivo de Álcool por Adolescentes*. Ph.D. Thesis, Marília: Universidade Estadual Paulista. Retrieved from: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102268/lepre_rm_dr_mar.ppd?sequence=1&isAllowed=y>.
- Lipovetsky, G., Gaspar, F. L., & Gaspar, C. (1994). *O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos*.

Livingstone, S., Mascheroni, G., & Staksrud, E. (2015). Developing a framework for researching children's online risks and opportunities in Europe. London, UK: EU Kids Online.

Livingstone, S., & Haddon, L. (2009). EU Kids Online: Final report 2009. London: EU Kids Online.

Livingstone, S., Kirwall, L., Ponte, C., & Staksrud, E. (2014). In their own words: What bothers children online? *European Journal of Communication*, 29(3), 271-288.

Martínez. José María Avilés. Análisis psicosocial del ciberbullying: claves para una educación moral. *Papeles del psicólogo*, v. 34, n. 1, p. 65-73, 2013a.

Martínez. José María Avilés. A psychosocial analysis of cyberbullying: keys to a moral education. *Papeles del Psicólogo*, v. 34, n. 1, p. 65-73, 2013b.

Martínez. José María Avilés. Programa educativo PRIRES: Programa de Prevención de Riesgos en las Redes Sociales. *Revista de Investigación en Psicología*, v. 17, n. 2, p. 13-23, 2015.

Melro, A., Silva, B., & José, R. (2013). Media sharing in situated displays: Service design lessons from existing practices with paper leaflets. In *International Conference on Exploring Services Science* (pp. 322-328). Springer, Berlin, Heidelberg.

Menin, M. S. D. S. (1999). Ch. 2: Desenvolvimento Moral. In: *Cinco Estudos de Educação Moral* (pp. 37-104). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Nejm, R. (2016). Minha privacidade, nossas regras: Estratégias sociais de manejo da privacidade entre adolescentes. In CGI.br, *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2015*. São Paulo: CGI.br.

Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento Infantil: Abordagem de Mussen*. Porto Alegre: Artmed.

ONU - organização das nações unidas. *World Population Prospects: The 2017 Revision*. <https://www.un.org/development/desa/publications/world-population-prospects-the-2017-revision.html>. Acesso 19/08/2018

Palfrey, J., & Gasser, U. (2011). *Nascidos na Era Digital: Entendendo a Primeira Geração de Nativos Digitais*. (M. F. Lopes, Trans.). Porto Alegre: Artmed. (Original work published 2008).

Pereira, M. D. G. C. B., & Silva, B. D. D. (2009). A Tecnologia sob o Olhar de Jovens e Famílias: Usos, Valores, Competências e o Factor Divisão Digital. *Proceedings from 6th Conferência Internacional de TIC na Educação*. Braga: Universidade do Minho.

Piaget, Jean. (1994). O juízo moral na criança (4th ed.). (E. Lenarddon, Trans.). São Paulo: Summus. (Original work published 1932).

Piaget, Jean. (1996). Os procedimentos da educação moral. In: MACEDO, L. (Org.). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 01-36.

Postigo, H. (2011). Questioning the Web 2.0 Discourse: Social Roles, Production, Values, and the Case of the Human Rights Portal. *The Information Society*, 3, 181-193. <https://doi.org/10.1080/01972243.2011.566759>

Prensky, M. (2001). Digital natives, digital immigrants part 1. *On the horizon*, 5, 1-6. <https://doi.org/10.1108/10748120110424816>

Prust, L. W., & Gomide, P. I. C. (2007). Relação entre Comportamento Moral dos Pais e dos Filhos Adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 1, 53-60. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000100006>

Rocha, Telma Brito. *Scr@ps de ódio no Orkut: cyberbullying, contextos e ressonâncias da violência virtual que atinge o professor*. 2010. 200 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2010.

Santos, M. S., & Matos, E. (2011). Imigrantes e Nativos Digitais: um Dilema ou Desafio na Educação. *Proceedings from 10th Congresso Nacional de Educação–EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações sociais, subjetividade e Educação*. Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Silva, C. M. R. (2009). *Família, Adolescência e os Estilos Parentais*. Master's thesis, Assis: Universidade Estadual Paulista. Retrieved from: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97566>.

Social, W. A. (2018). *Digital in 2018: Global overview*. January. Retirado de: <https://digitalreport.wearesocial.com/> Acessado em: 20 de Agosto de 2018.

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) (2016). *Manual de Orientação Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital*. Acessado em 20/08/ 2018. Disponível em: http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf

Stocker, C. M., Richmond, M. K., Low, S. M., Alexander, E. K., & Elias, N. M. (2003). Marital Conflict and Children's Adjustment: Parental Hostility and Children's Interpretations as Mediators. *Social Development*, 2, 149-161. <https://doi.org/10.1111/1467-9507.00226>

Tee, K., Brush, A. B., & Inkpen, K. M. (2009). Exploring Communication and Sharing Between Extended Families. *International Journal of Human-Computer Studies*, 2, 128-138. <https://doi.org/10.1016/j.ijhcs.2008.09.007>

Tognetta, L. R. P., & Rosário, P. (2013). Bullying: Dimensões Psicológicas no Desenvolvimento Moral. *Estudos em Avaliação Educacional*, 56, 106-137. <https://doi.org/10.18222/ae245620132736>

Tognetta, L. R. P., & Bozza, T. C. L. (2012). Cyberbullying: um estudo sobre a incidência do desrespeito no ciberespaço e suas relações com as representações que adolescentes têm de si. *Nuances: estudos sobre Educação*, 23(24), 162-178.

Tognetta, L. R. P., & Vinha, T. P. (2009). Valores em crise: o que nos causa indignação. *Crise de valores ou valores em crise*, 15-45.

Westenberg, W. (2016). *The influence of youtubers on teenagers*. Ensenada: University of.

Recebido em: 05/10/2018
Aprovado em: 08/04/2019